

Nosso próximo jumbo, US\$ 3,4 bilhões?

Esse é o número que o FMI calcula que o Brasil precisará para 1985. Mas técnicos do governo acham que o valor poderá ser menor.

US\$ 3,4 bilhões: este deverá ser o valor do empréstimo-jumbo para 1985, segundo a estimativa do Fundo Monetário Internacional. Técnicos do governo dizem que o valor do jumbo pode ser até menor. Tudo vai depender do comportamento dos juros (que permanecem com tendência de alta). Este será um dos principais assuntos da próxima etapa de renegociação da dívida, a ser lançada em Washington no fim de setembro, durante a assembléia anual do FMI-Banco Mundial. Antes disso, na primeira semana de agosto, chegam ao Brasil os auditores do Fundo, e é com eles que as autoridades negociarão a mudança, a legislação salarial e o reaquecimento da economia.

O anúncio foi feito ontem em Brasília pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore. Embora o mercado interno permaneça "deprimido", ele garante que o crescimento das exportações manterá a recuperação gradual da oferta do emprego e da produção. "O comércio exterior está caminhando muito bem e será suficiente para segurar o nível de atividade. Este quadro persistirá no segundo semestre."

Mais uma vez, Pastore rejeitou a hipótese de o governo pedir novo waiver (perdão) pelo não-cumprimento do teto semestral para o déficit público nominal, além de exceder no limite de expansão monetária: "Não há necessidade do waiver. Ao atirar no alvo, você acerta alguns tiros e erra outros. Se tivéssemos que dar dez tiros e errássemos todos, seria o caso de waiver".

Ele reconheceu que persiste a tendência de alta dos juros internacionais, mas manifestou a esperança de que as pressões políticas dos devedores possam conscientizar os países credores sobre a conveniência de controlar as taxas e de comprar mais produtos do Terceiro Mundo.

Somente depois de "sondar o terreno" na assembléia do FMI-Banco Mundial, segundo o presidente do Banco Central, o governo apresentará "a estratégia" de renegociação da dívida a vencer a partir do próximo ano. "Isso é um proble-

ma técnico. O jumbo decorre mesmo em setembro, porque é a época para se começar a conversar com os banqueiros."

O ex-ministro da Indústria e do Comércio, Angelo Calmon de Sá, previu ontem, no Recife, que a dívida dos países pobres terá de ser negociada pelo governo a governo nos próximos seis meses, caso as taxas de juros continuem crescendo no ritmo atual. Se as taxas passarem de 15%, a negociação entre os governos, como propôs o presidente Figueiredo na carta endereçada a Ronald Reagan, será a única maneira de resolver o problema.

A estimativa do FMI

As projeções do FMI para 1985 são pessimistas, na análise da fonte oficial. Primeiro, o saldo comercial previsto é de US\$ 10,6 bilhões, resultado de exportações num total de US\$ 27,7 bilhões e importações de US\$ 17,1 bilhões. De seu lado, o governo já estima saldo de pelo menos US\$ 13 bilhões, com o que poderá cobrir o aumento dos juros neste ano, que expandiu a conta em US\$ 1,2 bilhão. Segundo o FMI, o pagamento líquido de juros será de US\$ 10,1 bilhões, mas com a elevação dos juros passará para pelo menos US\$ 11,3 bilhões. Quanto à conta de "outros serviços" (royalties, fretes, etc.), técnicos da área financeira acreditam que alcançará pouco mais do que os US\$ 3,8 bilhões previstos para este ano. O FMI projeta para esta conta gastos de US\$ 4,4 bilhões.

A conta de capital deve ficar em US\$ 5,9 bilhões contra US\$ 9,6 bilhões previstos para este ano. E o déficit em transações correntes, ainda de acordo com o FMI, declina de US\$ 5,3 bilhões este ano para US\$ 4,0 bilhões. O resultado do balanço de pagamento declina de US\$ 4,3 bilhões para US\$ 2 bilhões. Segundo a fonte, o superávit do balanço será menor justamente porque o País precisará pedir menos dinheiro no mercado, e reduzir também o déficit em transações correntes. O FMI prevê que em 1987 o déficit em transações correntes apresentará, finalmente, saldo positivo de US\$ 100 milhões.



Apelo urgente do FMI: juros menores.

O diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, fez ontem um apelo urgente para que sejam reduzidas as taxas de juros, e efetuados grandes cortes nos déficits orçamentários, tanto dos países industrializados quanto dos em desenvolvimento.

Larosière criticou particularmente os "excessivos empréstimos governamentais" nos Estados Unidos e em outros grandes países industrializados, e disse que um malogro na redução das taxas de juros colocaria em perigo a recuperação econômica mundial e agravaria os problemas das endividadas nações do Terceiro Mundo.

Perante o Conselho Econômico

e Social da Organização das Nações Unidas, Larosière afirmou:

— Do ponto de vista tanto dos países em desenvolvimento como dos países industrializados, há uma urgente necessidade de se estabelecer uma política efetivamente destinada a proporcionar taxas de juros mais baixas numa base não-inflacionária. Sob as atuais circunstâncias, isso claramente não pode ser feito por qualquer manipulação da política monetária, mas requer uma grande redução nos déficits orçamentários estruturais.

Até agora, prosseguiu o diretor-executivo do FMI, as grandes nações efetuaram somente um progresso "limitado e desigual" na redução dos déficits orçamentários.